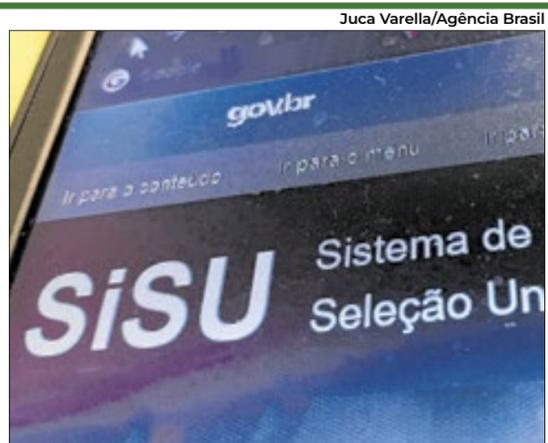


CORREIO NACIONAL



Juca Varella/Agência Brasil

Período de matrículas acontece de 27 a 31 de janeiro

Sisu 2025: inscrições começam na próxima sexta

As inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) começam na próxima sexta e seguem até 21 de janeiro. De acordo com o cronograma oficial, o resultado da chamada regular está previsto para 26 de janeiro, enquanto o período de matrículas acontece de 27 a 31 de janeiro. O prazo para participar da lista de espera vai de 26 a 31 de janeiro.

Gerido pelo Ministério da Educação (MEC), o sistema executa a seleção dos estudantes com base na média da nota do Exame

Nacional do Ensino Médio (Enem) até o limite da oferta de vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior, por curso e modalidade de concorrência, de acordo com a escolha dos candidatos inscritos e perfil socioeconômico.

A inscrição é gratuita e feita exclusivamente pela internet. O acesso ao sistema de inscrição é realizado com as informações de login e senha para acesso aos serviços digitais do governo federal, mediante uma conta no Gov.br.

Programa Mais Médicos

O Ministério da Saúde lançou nesta segunda-feira (13) uma campanha publicitária sobre o programa Mais Médicos, que será veiculada na televisão, rádio, mídias e painéis digitais.

Chamada de Onde Tem Vida, Tem Mais Médicos. E Onde Tem Mais Médicos, Tem Governo Federal e

um Brasil Bem Cuidado, a campanha pretende sensibilizar a população sobre a importância do programa, além de incentivar a busca de informações sobre os atendimentos pelo portal do Mais Médicos. Em 2023, o programa foi relançado e rebatizado de Mais Médicos para o Brasil.

Curso sobre relações étnico-raciais

Destinado a profissionais da educação básica, o curso de extensão em Formação para Docência e Gestão para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola está com inscrições abertas até 5 de fevereiro. Estão sendo oferecidas 150 mil vagas, mas cada uma das institui-

ções de ensino superior participantes segue seu próprio calendário – algumas, inclusive, já encerraram a etapa de matrículas. Nas universidades federais do Pará (UFPA) e do Tocantins (UFT), o prazo vai até 3 de fevereiro e, na do Recôncavo da Bahia (UFRB), até dia 5 do próximo mês.

Produção de biodiesel cresce

Nesta segunda-feira (13), completam exatos 20 anos do marco legal do biodiesel no Brasil. A Lei 11.097/2005, sancionada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, introduziu oficialmente o combustível renovável à matriz energética do país, como uma alternativa ao uso

do diesel de origem fóssil – mais poluente e proveniente das reservas limitadas de petróleo. A norma modificou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis com a atribuição de regular a produção e comercialização de biocombustíveis no país, pondo em prática o PNPB.

Ação da Interpol

A Interpol emitiu sua primeira Difusão Prateada para rastrear e recuperar bens criminais, combater o crime organizado transnacional e melhorar a cooperação policial internacional.

A Difusão, solicitada pela Itália, busca informações sobre bens pertencentes

a um membro de alto escalão da máfia. Essa novidade é parte do conjunto de Notificações e Difusões codificadas por cores da Organização e está sendo lançada em um programa piloto que envolve 52 países e territórios, com duração até, pelo menos, novembro de 2025.

Atualização cadastral

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome está convocando as pessoas responsáveis por Cozinhas Solidárias para atualizarem o cadastro dos equipamentos junto ao programa até 31 de janeiro. O procedimento é realizado pela internet.

Ao clicar no endereço, o responsável deve inserir dados de usuário e senha, preencher os campos em aberto ou novas perguntas e, se for o caso, corrigir eventual pendência indicada no parecer. Após o preenchimento das informações, é preciso clicar em: "Enviar para análise".

Monitoramento e ações de controle da dengue

Visitas das equipes técnicas começaram na segunda-feira (13)

O Ministério da Saúde informou que vai enviar, ainda nesta semana, equipes técnicas a quatro estados brasileiros com o objetivo de apoiar ações locais para o controle de arboviroses, incluindo a dengue. "A missão busca fortalecer a vigilância epidemiológica, a assistência à população e a reorganização dos serviços de saúde", destacou a pasta, em nota.

A previsão é que a capital do Espírito Santo, Vitória, receba a visita da equipe técnica. Também estão no cronograma das visitas de hoje as cidades de São José do Rio Preto (SP) e Rio Branco (AC). Na terça-feira (14), Foz do Iguaçu (PR) vai receber a missão do ministério.

"A ação de vigilância é parte dos esforços do Ministério da Saúde para o controle da dengue e outras arboviroses – antecipando atividades de prevenção para o período sazonal da doença", destacou o comunicado. Na última quinta-feira (9), a pasta instalou o Centro de Operações de Emergência (COE) para Dengue e outras Arboviroses para acompanhar a situação em todo o país.

Além do suporte técnico, estados e municípios que rece-



Reprodução Ministério da Saúde

Estados e municípios que receberem a visita serão orientados a manter ações

berem a visita serão orientados a manter ações de educação em saúde e mobilização social para eliminar criadouros de mosquitos que transmitem doenças, como o Aedes aegypti.

Foi reservado o montante de R\$ 1,5 bilhão para fortalecer as ações.

São Paulo: registrou 2.181.372 casos prováveis de dengue em 2024. Em 2025, foram notificados 7,3 mil casos até o momento. Em São José do

Rio Preto, foram 35.678 notificações em 2024 e 1.834 casos prováveis de dengue até agora em 2025;

Paraná: registrou 655.488 casos prováveis de dengue em 2024. Em 2025, foram notificados 1.327 casos até o momento. Em Foz do Iguaçu, já foram 15.611 notificações em 2024 e 91 casos prováveis de dengue em 2025;

Acre: registrou 7.409 casos prováveis de dengue em 2024.

Em 2025, foram notificados 412 casos até o momento. Em Rio Branco, foram 1.579 notificações em 2024 e 212 casos prováveis de dengue até agora em 2025;

Espírito Santo: registrou 163 mil casos prováveis de dengue em 2024. Em 2025, foram notificados 3.778 casos até o momento. Em Vitória, foram 18.598 notificações em 2024 e 247 casos prováveis de dengue até o momento em 2025.

Ditadura: entregas de retificados

Os familiares de 434 mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar no Brasil, parcela que teve oficialmente os casos registrados, por meio da Comissão Nacional da Verdade (CNV), receberão certidões de óbito atualizadas de seus parentes em fevereiro. Com a retificação e emissão de novos documentos, há o reconhecimento de que as mortes foram resultado de atos de violência do Estado, ou seja, de que se tratou de uma série de acossamentos cometidos contra pessoas que questionavam a tomada do poder pelos militares e as violações de direitos perpetradas durante o período.

A medida atende aos princípios contidos na Resolução 601/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os cartórios deverão encaminhar os documentos ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Segundo o CNJ, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP)



Reprodução

Emissão diz que mortes foram causadas pelo Estado

tem provocado o Estado brasileiro a assumir a responsabilidade pelas perseguições, muitas das quais resultaram em execuções das vítimas pelas mãos dos agentes de repressão. Desde 2017, as retificações estão sendo feitas e, do total de casos registrados e confirmados, somente dez foram concluídas administrativamente.

Apesar de finalizadas, ocultavam informações importantes para o contexto dos crimes. Nem a data, nem a causa da

morte eram indicadas no documento emitido. Na documentação, existia apenas menção à Lei nº 9.140/1995, que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas por participar ou serem acusadas de participar de atividades políticas no intervalo entre 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988.

O presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, lamentou que não tenha havido um pedido formal de perdão até hoje. "Embora nunca tenha

havido um pedido formal de desculpas, como deveria ter havido, pelo menos nós, do CNJ, tomamos as providências possíveis de reparação moral dessas pessoas que foram perseguidas e sofreram o desaparecimento forçado", disse Barroso, durante a aprovação do ato, na semana passada.

De acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), entidade representativa dos cartórios de todo o país, no caso de registros de óbitos já existentes, o Operador Nacional do Registro Civil de Pessoas Naturais (ON-RCPN), que responde à organização, demandará a alteração ao respectivo cartório, o que deverá ser feito em até 30 dias. Quando o corpo não tiver sido localizado e, portanto, não existir óbito lavrado, a Arpen-Brasil remeterá o processo ao Cartório de Registro Civil dos locais de falecimento da pessoa morta ou desaparecida. O prazo para emissão é o mesmo.

STF

Supremo nega soltura de ex-deputado do RJ

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, manteve a prisão preventiva do ex-deputado estadual do Rio de Janeiro e ex-policia militar Natalino José Guimarães, designado como um dos integrantes da milícia "Liga da Justiça". Natalino está preso desde dezembro no presídio de Bangu 1. Natalino foi preso em 10 de dezembro numa operação contra grilagem de terras em Búzios (RJ). Ele é alvo de denúncia por suposta atuação em organização criminosa. Entre outros pontos, a defesa sustentou que a prisão preventiva é desproporcional e que ele está submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado em um presídio de segurança máxima sem autorização judicial para a medida.

STJ

Regras para progressão e promoção de servidores

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recursos especiais submetidos ao rito dos repetitivos, fixou, por unanimidade, três teses que estabelecem regras sobre a progressão e a promoção dos servidores do INSS.

Os três recursos escolhidos como representativos da controvérsia foram interpostos pelo INSS contra acórdãos do TRF3 selecionados com o objetivo de uniformizar o entendimento relativo ao interstício para progressão funcional, à data de início dos efeitos financeiros e à exigibilidade de eventuais diferenças remuneratórias referentes a alterações na carreira previdenciária ocorridas em 2017.

STF

Transparência em repasses de emendas parlamentares

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que no prazo de 30 dias o governo federal e os estados publiquem normas e orientações sobre prestação de contas no uso de emendas parlamentares pelas instituições de ensino superior e suas respectivas fundações de apoio.

A decisão foi tomada nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854. A autoridade foi dada em resposta a petições apresentadas por fundos de apoio após o ministro ter suspenso o repasse de recursos para 13 organizações não governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor.

TSE

Consulta ao PJe: processos na Justiça Eleitoral

A tramitação de processos por meio eletrônico abrange as três instâncias da Justiça Eleitoral – os juízes eleitorais, os 27 tribunais regionais eleitorais (TREs) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) –, mas a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) não ocorreu de maneira simultânea nas três instâncias.

No dia 30 de março de 2015, o TSE publicou a Resolução TSE nº 23.417, de 11 de dezembro de 2014.

O texto instituiu o PJe da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais e administrativos.